



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026**  
**Processo sistema 625/2026**  
**Protocolo eletrônico nº 3.951/2026**  
**Aplicação Lei nº 14.133/2021**  
**EXCLUSIVA ME/EPP**

Município de Canguçu - RS  
Tipo de julgamento: Menor Preço por LOTE  
Modo de disputa: Aberto

O **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº. 88.861.430/0001-49, sito à Rua Júlio de Castilhos 941, Centro, Canguçu, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Arion Luiz Borges Braga, vem realizar processo licitatório para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANGUÇU**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por LOTE. As especificações detalhadas encontram-se no ANEXO II - Termo de Referência, que acompanha este Edital. Regem a presente licitação, a Lei Federal nº.14.133/2021, os Decretos Municipais nº 9.362 (pesquisa de preços), 9.363 (bens de consumo – comuns e de luxo) e 9.364/2023 (celebração de contratos e termos aditivos), bem como a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Esta licitação será conduzida pelo Pregoeiro Oficial e equipe de apoio designado pela Portaria Municipal nº 143/2026.

**A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, Inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.**

**LOCAL E DATA**

O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (ON-LINE): **do dia 21 de maio de 2026 ao dia 03 de junho de 2026 até às 08 horas.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS (ON-LINE): **às 09h 00min do dia 03 de junho de 2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES): **às 09h 10min do dia 03 de junho de 2026.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

**1 DO OBJETO**

O objeto do presente processo visa a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos e materiais para o Corpo de Bombeiros Militar de Canguçu.

Lote	Item	Qtde	UM	Cód.	Descrição	Valor de referência máximo unitário (R\$)
1	1	1,00	un	78572	ESTEIRA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL, MODELO EMBREEX 800 EXI, PAINEL PROGRAMÁVEL E MULTIFUNCIONAL, DISPLAY LCD COM BACKLIGHT AZUL; FUNÇÕES DO PAINEL: VELOCIDADE, CRONÔMETRO,	18.113,80



					DISTÂNCIA, QUEIMA CALÓRICA, MONITORAMENTO CARDÍACO E INCLINAÇÃO; SISTEMA DE INCLINAÇÃO ELETRÔNICO INCLINAÇÃO 0% A 17% PROGRAMAS DE TREINAMENTO: 9; SISTEMA DE AMORTECIMENTO: COXINS ELÁSTICOS; SISTEMA DE SEGURANÇA: SIM – CHAVE MAGNÉTICA LUBRIFICAÇÃO PERMANENTE – EVERLUB OU PERIÓDICA; MONITORAMENTO CARDÍACO TELEMETRIA (RECEPTOR DE CINTA TORÁCICA) E SENSORES GRIP PULSE; MOTOR AC 3.0 HP PEAK POWER; VELOCIDADE: 1,2 A 18 KM/H; ÁREA DE CORRIDA (CM):145 X 50; ALINHAMENTO DE LONA ROLOS AUTOCENTRANTES; ESTRUTURA: AÇO CARBONO E ALUMÍNIO ANODIZADO; CARENAGEM: ABS DE ALTA RESISTÊNCIA; CONSOLE: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; PINTURA: ELETROSTÁTICA; PORTA-SQUEEZE:2; PORTA-OBJETOS: 2; TRANSPORTE: RODAS DIANTEIRAS E ALÇA TRASEIRA; GARANTIA: ATÉ 5 ANOS* VOLTAGEM: 220V	
1	2	30,00	m <sup>2</sup>	78573	PISO EMBORRACHADO PARA ACADEMIA DE 1 M (ALTURA) X 1M (LARGURA) X 15MM (ESPESSURA) PISO DE BORRACHA COM SISTEMA DE PU, UTILIZANDO GRÂNULOS DE BORRACHA VULCANIZADA DE PNEU, PIGMENTAÇÃO ORGÂNICO E INORGÂNICO. ANTIDERRAPANTE, ABSORÇÃO DE IMPACTO, ERGONÔMICO	147,57
<b>TOTAL LOTE 01 R\$ 22.540,90</b>						
2	1	1,00	un	78574	KIT COM 05 MANEQUINS ADULTOS E 02 MANEQUINS NEONATAIS. DESIGN ABRANGENTE QUE PERMITE A PRÁTICA DA MANOBRA DE HEIMLICH E COMPRESSÕES ABDOMINAIS, BEM COMO RCP E RESPIRAÇÃO BOCA-A-BOCA. MARCAÇÕES ANATÔMICAS REALISTAS (POMO DE ADÃO, ARTÉRIAS CARÓTIDAS, UMBIGO, CAIXA TORÁCICA, ENTALHE NO PEITO) SE TORNA MAIS FÁCIL PARA APRENDER A COLOCAÇÃO CORRETA DAS MÃOS PARA A VERIFICAÇÃO DE PULSO, REALIZAR COMPRESSÕES TORÁCICAS, E MUITO MAIS. FORNECE FEEDBACK DOS	9.328,00



					ALUNOS VALIOSO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES: LEVANTAR A CABEÇA / NECESSÁRIA PARA ABRIR VIAS AÉREAS, PONTOS DE REFERÊNCIA ADEQUADOS, FEEDBACK AUDÍVEL (CLICK). AS CABEÇAS SÃO LAVÁVEIS E O MANEQUIM PODE SER FACILMENTE HIGIENIZADO. OS PULMÕES SÃO SUBSTITUÍVEIS. PACOTE ECONÔMICO DE SETE MANEQUINS RCP PROMPT® INCLUI: CINCO MANEQUINS ADULTO / CRIANÇA, DOIS MANEQUINS INFANTIS, 50 PULMÕES DE ADULTOS / 20 PULMÕES INFANTIS E MALA DE TRANSPORTE FEITA EM NYLON	
2	2	1,00	un	78575	MACA ENVELOPE VERSÁTIL DESTINADO AO RESGATE TÉCNICO VERTICAL, RESGATES EM ESPAÇOS CONFINADOS, MOVIMENTAÇÕES VERTICAIS EM TIROLESAS, RESGATE AÉREO, RESGATE EM AMBIENTES REMOTOS, MOVIMENTAÇÃO DA MACA POR ARRASTE NO SOLO E AINDA TRANSPORTE MANUAL TERRESTRE. DEVERÁ SER FABRICADO EM PEAD ATÓXICO COM PROPRIEDADES RESISTÊNCIA MECÂNICA, QUÍMICA CONTRA INTEMPÉRIES E RAIOS UV, COMPROVADO MEDIANTE A LAUDO. FITAS DE POLIAMIDA E POLIÉSTER, ALMOFADA DE CONFORTO DE EVA, REBITES DE ALUMÍNIO, CHAPAS DE FIXAÇÃO DE AÇO INOX E AÇO CARBONO, FIVELAS DE AÇO INOX, AUTOMÁTICAS DE AÇO CARBONO E PLÁSTICAS DE NYLON. A MACA DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE SEGURANÇA ACOPLADA QUE POSSIBILITE MANOBRAS DE VARIAÇÃO DE ÂNGULO DE SUA POSIÇÃO DE SUSPENSÃO ATRAVÉS DE TÉCNICAS DE SISTEMA TÉCNICO DE EQUILÍBRIO FÁCIL, SEM A NECESSIDADE DE DEMAIS FITAS PARA SUA SUSPENSÃO. A MACA DEVERÁ POSSUIR NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR ABAS FLEXÍVEIS QUE PERMITAM SEREM DOBRADAS PARA FACILITAR A PROTEÇÃO DA VÍTIMA NO SEU INTERIOR. DEVERÁ PERMITIR USO EM CONJUNTO COM QUALQUER MODELO DE PRANCHA E PERMITIR AINDA A FIXAÇÃO DA VÍTIMA SEM USO PRANCHA POR MEIO DE FITAS (CINTO)	4.986,50



					ACOPLADO A MACA. DIMENSÕES MÁXIMAS DA MACA ENROLADA: 905MM X 325MM, FACILITANDO O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DA MACA. DIMENSÕES MÁXIMAS DA MACA ENROLADA DENTRO DA MOCHILA: 1050MM X 400MM, PROPORCIONANDO PRATICIDADE NO TRANSPORTE. CORES POSSÍVEIS: PRETO OU LARANJA, OFERECENDO OPÇÕES DE VISIBILIDADE E PREFERÊNCIA. CAPACIDADE DE CARGA: ADEQUADA PARA 1 PACIENTE COM PESO MÍNIMO DE 50KG E MÁXIMO DE 120KG, ATENDENDO A UMA VARIEDADE DE CENÁRIOS DE RESGATE. ALTURA DO PACIENTE: COMPATÍVEL COM ALTURAS ENTRE 1,40M E 2,10M, GARANTINDO CONFORTO E SEGURANÇA PARA DIFERENTES TAMANHOS DE VÍTIMAS. DEVERÁ POSSUIR PESO MÁXIMO DE 11,5KG, PROPORCIONANDO FACILIDADE DE TRANSPORTE E MANUSEIO DURANTE OPERAÇÕES DE RESGATE. COMPONENTES INCLUEM 2 CONECTORES DE AÇO, 1 PLACA ADAPTÁVEL DE PROTEÇÃO PARA A PARTE SUPERIOR DA MACA E 1 MOCHILA RESISTENTE À ÁGUA. TESTE ESTÁTICO FITA PLANA 44MM – DEVE RESISTIR MÍNIMO A 2500KG. TESTE ESTÁTICO FIVELA AUTOMÁTICA – DEVE RESISTIR MÍNIMO A 1800KG. TESTE DE RESISTÊNCIA DE CARGA DA MACA – DEVE RESISTIR MÍNIMO 230KG EM SUSPENSÃO. TESTES COMPROVADO MEDIANTE A LAUDO	
<b>TOTAL LOTE 02 R\$ 14.314,50</b>						
3	1	1,00	un	78576	LANTERNA LUZ DE CENA MILWAUKEE 2120-20 LUZ DE CENA LUZ DE CENA PORTÁTIL A BATERIA DE ÍON LÍTIO PARA APLICAÇÕES REMOTAS, AMBIENTES INTERNOS EXTERNOS. DEVERÁ POSSUIR CABEÇOTE ROTATIVO PARA AJUSTE DO FOCO DE ILUMINAÇÃO E LENTE DE POLICARBONATO ALTAMENTE DURÁVEL E RESISTENTE A IMPACTOS. DEVERÁ ATINGIR NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: FORNECER 5.400 LUMENS DE ILUMINAÇÃO POTÊNCIA ALTA, 3.000 LUMENS POTÊNCIA MÉDIA, 1.500	10.700,00



				LUMENS POTÊNCIA BAIXA, ESTENDER ATÉ A ALTURA MÍNIMA DE 1,65 METROS. QUANDO ALIMENTADO POR DUAS BATERIAS DEVERÁ POSSUIR AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 7 /12.5 E 26 HORAS, PODENDO AINDA TER A OPÇÃO DE TROCA E USO DE BATERIAS EXTRAS. O COMPARTIMENTADO DE BATERIA DEVERÁ SER SELADO. DEVERÁ SER A PROVA DE INTEMPÉRIES MÍNIMO IP67 PARA USO EM CONDIÇÕES ADVERSAS EXTERNAS. AS PERNAS DEVERÃO POSSUIR NO MÍNIMO 3 OPÇÕES DIFERENTES DE IMPLANTAÇÃO PARA UMA MELHOR ESTABILIDADE. A LUZ DE CENA DEVERÁ POSSUIR A OPÇÃO DE SER DOBRADA EM NO MÁXIMO 60CM PARA FÁCIL ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE. PESO MÁXIMO DE 10,5KG COM BATERIA. GARANTIA MÍNIMA 1 ANO. ACOMPANHA UMA LUZ DE CENA, 01 CARREGADOR E 02 BATERIAS ION LITATION DE 8AH	
				<b>TOTAL LOTE 03 R\$ 10.700,00</b>	
<b>Valor máximo total R\$ 47.555,40</b>					

Durante a sessão de lances os fornecedores deverão cotar o valor total do lote sendo que a proposta ajustada deverá constar o valor unitário do item e valor total do lote, se ocorrer de o valor unitário apresentar mais de duas casas decimais o valor deverá ser arredondado para menor, sendo aceitos somente valores unitários com no máximo duas casas decimais, os valores unitários apresentados na proposta ajustada também necessitam ser ajustados junto a plataforma BLL.

1.2. A licitação será realizada com 03 lotes.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões (BLL).

2.2.1 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta na Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.2.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar representante legal junto ao sistema eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

2.2.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas cadastradas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.2.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha



privativa.

2.2.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

2.2.6 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Será concedido tratamento **EXCLUSIVO** para as microempresas e empresas de pequeno porte, previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



- 2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11 O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13 A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto e o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.3.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.3.2 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.7 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.8 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1 Preço unitário e total em moeda corrente nacional (serão aceitos até 02 dígitos após a vírgula) e marca;
- 4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam sob responsabilidade da licitante.
- 4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva



responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas.

5.4 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.5 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.7 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.8 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.10 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do lote**.

5.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.12 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.13 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 10,00 (dez reais)**.

5.14 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o prego e objeto licitado, podendo o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

5.15 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.



- 5.16 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.17 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.18 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.19 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.20 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.21 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.22 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.23 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.24 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.25 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.26 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.27 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, junto a plataforma BLL.
- 5.28 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.29 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.30 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.30.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.30.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.30.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.30.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.31 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.31.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.31.2 empresas brasileiras;
- 5.31.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.31.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar



condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.33 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.34 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.35 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.36 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.36.1 O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo.

**5.36.2 O licitante deverá encaminhar sua proposta ajustada ao seu último lance que deverá:**

5.36.2.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal (a empresa e o representante legal deverão estar devidamente identificados) preferencialmente solicitamos que os documentos sejam assinados digitalmente.

5.36.3 Conter descrição completa do lote, quantidade, unidade de medida, valor unitário e marca.

**5.36.4 Juntamente a proposta ajustada deverá ser apresentado prospecto, catálogo ou folder técnico do produto ofertado, contendo fotos, dimensões e especificações detalhadas para fins de conferência técnica pela fiscalização.**

5.37 A proposta ajustada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante, se for o caso.

5.38 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a responsabilidade da licitante.

5.39 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (serão aceitos até 2 dígitos após a vírgula).

5.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta à certidão consolidada disponível no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou de outras consultas idôneas à verificação de penalidades impostas.

6.2 A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 contiver vícios insanáveis;

6.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



6.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.6.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.6.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

## **7 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 A fase de habilitação se dará posterior a fase de lances e julgamento portanto será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro ao licitante vencedor, sob pena de inabilitação. o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo.

7.2 A Habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos, os quais devem estar em plena validade:

### **7.3 Pessoas Jurídicas:**

#### **7.3.1.) Habilitação Jurídica:**

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **7.3.2) Regularidade fiscal e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, mediante certidão negativa

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio do licitante, mediante certidão negativa.

f) Prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do art. 27, da Lei Federal nº 8.036/90, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. (CNDT).

#### **7.3.3) Declaração**

##### **a) Declaração Unificada conforme modelo (ANEXO III).**



#### **7.3.4) Qualificação econômico-financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, com prazo de validade de 90 dias, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Cópia da Declaração de Enquadramento ou declaração do contador da empresa devidamente autenticados ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial.

7.4 Os documentos elencados no item 7 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião, funcionário público municipal ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial.

7.5 A habilitação será verificada por meio dos documentos postados na Plataforma BLL nos campos próprios deste Pregão.

7.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.8.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.8.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.9 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

7.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.12 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.14 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **8 DOS RECURSOS**

8.1 Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

8.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação



de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

8.12 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

8.13 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

8.14 Após a Habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e /ou idoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## **9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5 Fraudar a licitação.

9.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa,



aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 Advertência;

9.2.2 Multa;

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Para as infrações previstas nos itens [9.1.1](#), [9.1.2](#) e [9.1.3](#), a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens [9.1.4](#), [9.1.5](#), [9.1.6](#), [9.1.7](#) e [9.1.8](#), a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão



recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, exclusivamente por sistema eletrônico junto a plataforma BLL.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica e **exclusivamente pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)**.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11 DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e [www.cangucu.rs.gov.br](http://www.cangucu.rs.gov.br).

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e [www.cangucu.rs.gov.br](http://www.cangucu.rs.gov.br)

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Minuta de Contrato

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III – Modelo declaração unificada

Canguçu, 18 de maio de 2026.

**ARION LUIZ BORGES BRAGA**  
Prefeito de Canguçu



## ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO XX/2026

(OBS: inserir como anexo ao contrato o termo de referência)

O **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Rua Júlio de Castilhos, 941, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Arion Luiz Borges Braga, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro, \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ Estado, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 30/2026**.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**Parágrafo Primeiro.** O objeto do presente processo visa a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos e materiais para o Corpo de Bombeiros Militar de Canguçu.

Lote	Quant.	UM	Cód.	Descrição	Valor

**Parágrafo Segundo:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- O Edital da Licitação;

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

**Parágrafo Primeiro.** O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA

A contratada deverá executar o objeto contratado conforme solicitação da contratante, nos termos prescritos no **Termo de Referência (ANEXO II)**, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

**Parágrafo Primeiro.** A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no Quartel do Corpo de Bombeiros, R. Ubiratã Telesca Filgueiras, 325 - Triângulo, Canguçu - RS, 96600-000, dentro do prazo máximo estipulado no contrato, de 30 dias corridos após a emissão do empenho.

**Parágrafo Segundo.** Os produtos deverão ser entregues montados.

**Parágrafo Terceiro.** A equipe designada pelo órgão promoverá o recebimento provisório dos itens, com conferência de conformidade às especificações técnicas.

**Parágrafo Quarto.** Após inspeção e teste de integridade estrutural, será realizado o recebimento definitivo, mediante termo formal.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

**Parágrafo Primeiro.** O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante do referido pregão, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento. A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

**Parágrafo Segundo.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**Parágrafo Terceiro.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**Parágrafo Quarto.** Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato de que trata o presente Edital.

**Parágrafo Quinto.** Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00,



deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de abril de 2012).

**Parágrafo Sexto.** Todas as notas fiscais emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

**Parágrafo Sétimo.** No valor deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo Oitavo.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**Parágrafo Nono.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**Parágrafo Décimo.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**Parágrafo Primeiro.** São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a entrega dos equipamentos no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Segundo.** São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



f) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

#### **CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**Parágrafo único.** O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO**

**Parágrafo único.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art.92, XIV)**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos produtos públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo Primeiro:** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Segundo:** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes multas:

- 1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);
- 2) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se houver;

**Parágrafo Terceiro:** O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quarto:** Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do cláusula nona de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**Parágrafo Quinto:** Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do cláusula nona, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Sexto:** Para infração descrita na alínea “b” do cláusula nona, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Sétimo:** Para infrações descritas na alínea “d” do cláusula nona, a multa será de 0,5% a 30%



do valor do Contrato.

**Parágrafo Oitavo:** Para a infração descrita na alínea “a” do cláusula nona , a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Nono:** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo:** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Primeiro:** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Segundo:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Décimo Quarto:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Décimo Quinto:** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo Décimo Sexto:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo Décimo Sétimo:** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**Parágrafo Décimo Oitavo:** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Nono:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**Parágrafo Vigésimo:** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**



**Parágrafo Primeiro.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Parágrafo Terceiro.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Quarto.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Quinto.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

**Parágrafo Sexto.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**Parágrafo Sétimo.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**Parágrafo Oitavo.** Indenizações e multas.

**Parágrafo Nono.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Décimo.** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**Parágrafo Décimo Segundo.** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

a) os valores das Notas fiscais correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**Parágrafo Décimo terceiro.** O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de julho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo Primeiro.** A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

Recurso: Recursos não vinculados de Impostos

<b>Orgão</b>	<b>Projeto atividade</b>	<b>Natureza da despesa</b>	<b>Ficha</b>
Gabinete do Prefeito	2424	3.3.90.30.90.00.00	8049
		3.3.90.52.10.00.00	8050
		4.4.90.52.99.00.00	8051
		4.4.90.52.24.00.00	8052

#### **CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**Parágrafo Primeiro.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA: ALTERAÇÕES**

**Parágrafo Primeiro.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Segundo.** O contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Terceiro.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes



poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**Parágrafo Quarto.** Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO**

**Parágrafo Primeiro.** Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo XXXXXXXXXXXXX (CARGO – matrícula XXXXX) nomeado através da Portaria nº XXX/XXX.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato. E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, ... de ..... de 2026.

ARION LUIZ BORGES BRAGA  
CONTRATANTE

CONTRATADA





**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Município de Canguçu – Gabinete do Prefeito**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O objeto da presente licitação é a aquisição de uma esteira embreex 800 EXI com inclinação e 30 m<sup>2</sup> de piso emborrachado para academia do corpo de bombeiros de Canguçu, aquisição de 1(um) kit com 05 manequins adultos e 02 manequins neonatais e, aquisição de 1 (uma) maca envelope versátil destinado ao resgate técnico vertical, resgates em espaços confinados, movimentações verticais em tirolesas, resgate aéreo, resgate em ambientes remotos e 1 (uma) lanterna luz de cena Milwaukee 2120-20 luz de cena portátil a bateria de íon lítio para aplicações remotas para utilização do corpo de bombeiros de Canguçu.

A aquisição desses itens se faz necessária para manutenção de condicionamento físico e técnico do efetivo do corpo de bombeiros de Canguçu, bem como para melhor eficiência no atendimento de ocorrências complexas, buscando com isso melhores resultados na prestação de serviço a comunidade em geral

**2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de uma esteira embreex 800 EXI com inclinação, Voltagem: 220V, nova, de primeiro uso, com garantia de 5 anos e 30 metros quadrados de piso emborrachado de 1 m (altura) x 1 m (largura) x 15mm (espessura), aquisição de 1(um) kit com 05 manequins adultos e 02 manequins neonatais, 1 (uma) maca envelope versátil destinado ao resgate técnico vertical, resgates em espaços confinados, movimentações verticais em tirolesas, resgate aéreo, resgate em ambientes remotos e 1 (uma) lanterna luz de cena Milwaukee 2120-20 luz de cena portátil a bateria de íon lítio para aplicações remotas para utilização do corpo de bombeiros de Canguçu.

Lote	Item	Quant	UN	Descrição	Valor de referência un	Valor de referência total
01	1	01	UN	ESTEIRA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL, MODELO EMBREEX 800 EXI, PAINEL PROGRAMÁVEL E MULTIFUNCIONAL, DISPLAY LCD COM BACKLIGHT AZUL; FUNÇÕES DO PAINEL: VELOCIDADE, CRONÔMETRO, DISTÂNCIA, QUEIMA CALÓRICA, MONITORAMENTO CARDÍACO E INCLINAÇÃO; SISTEMA DE INCLINAÇÃO ELETRÔNICO INCLINAÇÃO 0% A 17% PROGRAMAS DE TREINAMENTO: 9; SISTEMA DE AMORTECIMENTO: COXINS ELÁSTICOS; SISTEMA DE SEGURANÇA: SIM – CHAVE MAGNÉTICA LUBRIFICAÇÃO PERMANENTE – EVERLUB OU PERIÓDICA; MONITORAMENTO CARDÍACO TELEMETRIA (RECEPTOR DE CINTA TORÁCICA) E SENSORES GRIP PULSE; MOTOR AC 3.0 HP PEAK POWER; VELOCIDADE: 1,2 A 18 KM/H; ÁREA DE CORRIDA (CM):145 X 50; ALINHAMENTO DE LONA ROLOS AUTOCENTRANTES; ESTRUTURA: AÇO CARBONO E ALUMÍNIO ANODIZADO; CARENAGEM: ABS DE ALTA	R\$18.113,80	R\$18.113,80



PREFEITURA DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR  
Governo que cuida da gente

				RESISTÊNCIA; CONSOLE: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; PINTURA: ELETROSTÁTICA; PORTA-SQUEEZE:2; PORTA-OBJETOS: 2; TRANSPORTE: RODAS DIANTEIRAS E ALÇA TRASEIRA; GARANTIA: ATÉ 5 ANOS* VOLTAGEM: 220V		
01	02	30	m <sup>2</sup>	PISO EMBORRACHADO PARA ACADEMIA DE 1 M (ALTURA) X 1M (LARGURA) X 15MM (ESPESSURA) PISO DE BORRACHA COM SISTEMA DE PU, UTILIZANDO GRÂNULOS DE BORRACHA VULCANIZADA DE PNEU, PIGMENTAÇÃO ORGÂNICO E INORGÂNICO. ANTIDERRAPANTE, ABSORÇÃO DE IMPACTO, ERGONÔMICO.	R\$147,57	R\$4.427,10
02	01	01	UN	KIT COM 05 MANEQUINS ADULTOS E 02 MANEQUINS NEONATAIS. DESIGN ABRANGENTE QUE PERMITE A PRÁTICA DA MANOBRA DE HEIMLICH E COMPRESSÕES ABDOMINAIS, BEM COMO RCP E RESPIRAÇÃO BOCA-A-BOCA. MARCAÇÕES ANATÔMICAS REALISTAS (POMO DE ADÃO, ARTÉRIAS CARÓTIDAS, UMBIGO, CAIXA TORÁCICA, ENTALHE NO PEITO) SE TORNA MAIS FÁCIL PARA APRENDER A COLOCAÇÃO CORRETA DAS MÃOS PARA A VERIFICAÇÃO DE PULSO, REALIZAR COMPRESSÕES TORÁCICAS, E MUITO MAIS. FORNECE FEEDBACK DOS ALUNOS VALIOSO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES: LEVANTAR A CABEÇA / NECESSÁRIA PARA ABRIR VIAS AÉREAS, PONTOS DE REFERÊNCIA ADEQUADOS, FEEDBACK AUDÍVEL (CLICK). AS CABEÇAS SÃO LAVÁVEIS E O MANEQUIM PODE SER FACILMENTE HIGIENIZADO. OS PULMÕES SÃO SUBSTITUÍVEIS. PACOTE ECONÔMICO DE SETE MANEQUINS RCP PROMPT® INCLUI: CINCO MANEQUINS ADULTO / CRIANÇA, DOIS MANEQUINS INFANTIS, 50 PULMÕES DE ADULTOS / 20 PULMÕES INFANTIS E MALA DE TRANSPORTE FEITA EM NYLON.	R\$9.328,00	R\$9.328,00
02	02	01	UN	MACA ENVELOPE VERSÁTIL DESTINADO AO RESGATE TÉCNICO VERTICAL, RESGATES EM ESPAÇOS CONFINADOS, MOVIMENTAÇÕES VERTICAIS EM TIROLESAS, RESGATE AÉREO, RESGATE EM AMBIENTES REMOTOS, MOVIMENTAÇÃO DA MACA POR ARRASTE NO SOLO E AINDA TRANSPORTE MANUAL TERRESTRE. DEVERÁ SER FABRICADO EM PEAD ATÓXICO COM PROPRIEDADES	R\$4.986,50	R\$4.986,50



				<p>RESISTÊNCIA MECÂNICA, QUÍMICA CONTRA INTEMPÉRIES E RAIOS UV, COMPROVADO MEDIANTE A LAUDO. FITAS DE POLIAMIDA E POLIÉSTER, ALMOFADA DE CONFORTO DE EVA, REBITES DE ALUMÍNIO, CHAPAS DE FIXAÇÃO DE AÇO INOX E AÇO CARBONO, FIVELAS DE AÇO INOX, AUTOMÁTICAS DE AÇO CARBONO E PLÁSTICAS DE NYLON. A MACA DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE SEGURANÇA ACOPLADA QUE POSSIBILITE MANOBRAS DE VARIAÇÃO DE ÂNGULO DE SUA POSIÇÃO DE SUSPENSÃO ATRAVÉS DE TÉCNICAS DE SISTEMA TÉCNICO DE EQUILÍBRIO FÁCIL, SEM A NECESSIDADE DE DEMAIS FITAS PARA SUA SUSPENSÃO. A MACA DEVERÁ POSSUIR NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR ABAS FLEXÍVEIS QUE PERMITAM SEREM DOBRADAS PARA FACILITAR A PROTEÇÃO DA VÍTIMA NO SEU INTERIOR. DEVERÁ PERMITIR USO EM CONJUNTO COM QUALQUER MODELO DE PRANCHA E PERMITIR AINDA A FIXAÇÃO DA VÍTIMA SEM USO PRANCHA POR MEIO DE FITAS (CINTO) ACOPLADO A MACA. DIMENSÕES MÁXIMAS DA MACA ENROLADA: 905MM X 325MM, FACILITANDO O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DA MACA. DIMENSÕES MÁXIMAS DA MACA ENROLADA DENTRO DA MOCHILA: 1050MM X 400MM, PROPORCIONANDO PRATICIDADE NO TRANSPORTE. CORES POSSÍVEIS: PRETO OU LARANJA, OFERECENDO OPÇÕES DE VISIBILIDADE E PREFERÊNCIA. CAPACIDADE DE CARGA: ADEQUADA PARA 1 PACIENTE COM PESO MÍNIMO DE 50KG E MÁXIMO DE 120KG, ATENDENDO A UMA VARIEDADE DE CENÁRIOS DE RESGATE. ALTURA DO PACIENTE: COMPATÍVEL COM ALTURAS ENTRE 1,40M E 2,10M, GARANTINDO CONFORTO E SEGURANÇA PARA DIFERENTES TAMANHOS DE VÍTIMAS. DEVERÁ POSSUIR PESO MÁXIMO DE 11,5KG, PROPORCIONANDO FACILIDADE DE TRANSPORTE E MANUSEIO DURANTE OPERAÇÕES DE RESGATE. COMPONENTES INCLUEM 2 CONECTORES DE AÇO, 1 PLACA ADAPTÁVEL DE PROTEÇÃO PARA A PARTE SUPERIOR DA MACA E 1 MOCHILA RESISTENTE À ÁGUA. TESTE ESTÁTICO FITA PLANA 44MM – DEVE RESISTIR MÍNIMO A 2500KG. TESTE ESTÁTICO FIVELA AUTOMÁTICA – DEVE RESISTIR MÍNIMO A 1800KG. TESTE DE RESISTÊNCIA DE CARGA DA MACA – DEVE RESISTIR MÍNIMO 230KG EM</p>	
--	--	--	--	--	--



				SUSPENSÃO. TESTES COMPROVADO MEDIANTE A LAUDO		
03	01	01	UN	LANTERNA LUZ DE CENA MILWAUKEE 2120-20 LUZ DE CENA LUZ DE CENA PORTÁTIL A BATERIA DE ÍON LÍTIO PARA APLICAÇÕES REMOTAS, AMBIENTES INTERNOS EXTERNOS. DEVERÁ POSSUIR CABEÇOTE ROTATIVO PARA AJUSTE DO FOCO DE ILUMINAÇÃO E LENTE DE POLICARBONATO ALTAMENTE DURÁVEL E RESISTENTE A IMPACTOS. DEVERÁ ATINGIR NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: FORNECER 5.400 LUMENS DE ILUMINAÇÃO POTÊNCIA ALTA, 3.000 LUMENS POTÊNCIA MÉDIA, 1.500 LUMENS POTÊNCIA BAIXA, ESTENDER ATÉ A ALTURA MÍNIMA DE 1,65 METROS. QUANDO ALIMENTADO POR DUAS BATERIAS DEVERÁ POSSUIR AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 7 /12.5 E 26 HORAS, PODENDO AINDA TER A OPÇÃO DE TROCA E USO DE BATERIAS EXTRAS. O COMPARTIMENTADO DE BATERIA DEVERÁ SER SELADO. DEVERÁ SER A PROVA DE INTEMPÉRIES MÍNIMO IP67 PARA USO EM CONDIÇÕES ADVERSAS EXTERNAS. AS PERNAS DEVERÃO POSSUIR NO MÍNIMO 3 OPÇÕES DIFERENTES DE IMPLANTAÇÃO PARA UMA MELHOR ESTABILIDADE. A LUZ DE CENA DEVERÁ POSSUIR A OPÇÃO DE SER DOBRADA EM NO MÁXIMO 60CM PARA FÁCIL ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE. PESO MÁXIMO DE 10,5KG COM BATERIA. GARANTIA MÍNIMA 1 ANO. ACOMPANHA UMA LUZ DE CENA, 01 CARREGADOR E 02 BATERIAS ÍON LITON DE 8AH.	R\$10.700,00	R\$10.700,00

#### 2.1 JUSTIFICATIVA ESTEIRA EMBREEX 800 EXI:

A presente justificativa visa embasar a aquisição, por meio de processo licitatório, de 01 (uma) Esteira Ergométrica Profissional, modelo Embreex 800 EXI, para atender às necessidades de treinamento físico e condicionamento dos militares do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) lotados neste quartel.

O desempenho físico é um pilar fundamental para a atuação eficaz do bombeiro militar. As atividades laborais exigem um alto nível de resistência cardiovascular, força e preparo físico geral, sendo cruciais para o sucesso em missões de salvamento, combate a incêndios e resgates. A esteira ergométrica é um equipamento essencial para manter e aprimorar esse condicionamento físico, independentemente das condições climáticas ou da disponibilidade de espaços externos.

#### Especificações Técnicas e Vantagens Competitivas do Modelo Embreex 800 EXI

O modelo Embreex 800 EXI se destaca como a escolha mais adequada, superando outras opções do mercado, em função das seguintes especificações técnicas e características que se alinham perfeitamente ao rigor e intensidade de uso esperados em um ambiente militar:



Característica	Especificação Embreex 800 EXI	Justificativa para Uso Militar
<b>Motorização</b>	Potência de 3.0 HP (AC) de corrente alternada	Essencial para suportar uso contínuo e intensivo (24h/dia, 7 dias/semana) por múltiplos usuários com diferentes biotipos, garantindo durabilidade e menor necessidade de manutenção. Motores AC são mais robustos e eficientes.
<b>Velocidade Máxima</b>	Até 18 km/h	Permite a realização de treinamentos de alta intensidade (HIIT), sprints e simulações de corrida rápida, cruciais para o condicionamento exigido em emergências.
<b>Inclinação</b>	Eletrônica de 0% a 17%	Oferece a possibilidade de simular terrenos íngremes e aumentar significativamente a dificuldade do treino, fortalecendo grupos musculares específicos importantes para o carregamento de equipamentos e subida de escadas.
<b>Superfície de Corrida (cm)</b>	Ampla 145 X 50	Proporciona segurança e conforto para militares de maior estatura ou peso, e permite passos mais longos, sendo adequada para a simulação de passadas em situações de emergência.
<b>Capacidade Máxima de Peso</b>	Até 160 kg	Garante a utilização por todos os membros do efetivo, inclusive aqueles que realizam treinamento com colete de peso ou simulação de equipamentos de proteção individual (EPI) pesados.
<b>Estrutura</b>	Chassi robusto em aço carbono com pintura eletrostática	Confere máxima resistência e estabilidade, minimizando vibrações e garantindo a longevidade do equipamento mesmo sob estresse contínuo e em um ambiente de uso compartilhado.

### Conclusão e Fundamentação da Escolha

A escolha do modelo Embreex 800 EXI não se baseia apenas na marca, mas sim na sua comprovada adequação às condições extremas e ao volume de uso que um quartel de bombeiros exige. Este equipamento é classificado como profissional/ fitness de alto desempenho, ideal para uso em academias de alto fluxo, o que se assemelha à rotina de treinamento intensivo de um quartel.

A aquisição de um modelo com especificações inferiores resultaria em:

- 1. Maior índice de quebra e manutenção frequente**, gerando custos adicionais e tempo de inatividade do equipamento.
- 2. Limitação na intensidade do treinamento**, comprometendo o preparo físico ideal dos militares.
- 3. Vida útil reduzida**, obrigando uma nova aquisição em um período de tempo menor.

Dessa forma, o modelo Embreex 800 EXI representa a melhor relação custo-benefício a longo prazo, por oferecer a durabilidade, robustez e performance necessárias para garantir que o efetivo mantenha o condicionamento físico de excelência exigido pela atividade de bombeiro militar, assegurando a segurança da tropa e a eficácia na prestação de serviços à comunidade.

### 2.2 Justificativa para Aquisição de Torre de Iluminação de LED Milwaukee 2120-20

Contexto e Necessidade Operacional:

A atividade de combate a incêndio, salvamento e resgate técnico frequentemente ocorre em cenários de baixa ou nenhuma luminosidade (período noturno, interiores de estruturas colapsadas, ambientes com fumaça intensa ou subsolo). A iluminação eficiente e de alta potência é um requisito crítico e inegociável para a segurança da equipe, a localização de vítimas, a avaliação rápida do cenário e a execução precisa de manobras de salvamento.



A presente justificativa técnica visa embasar a aquisição da Torre de Iluminação de LED 18V ONE-KEY, modelo 2120-20 da Milwaukee (doravante denominada "Luz de Cena"), por ser o equipamento que atende integralmente e com superioridade às exigências operacionais do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) para iluminação de grandes áreas de trabalho.

Especificações Técnicas e Vantagens Competitivas do Modelo 2120-20:

A Luz de Cena Milwaukee 2120-20 é uma torre de iluminação de alto desempenho, categorizada como equipamento profissional e de uso extremo, sendo a escolha ideal devido às suas especificações que superam os modelos convencionais de iluminação portátil:

Característica	Especificação Milwaukee 2120-20	Justificativa para Uso Crítico em Bombeiros
<b>Fluxo Luminoso (Potência)</b>	Até 5.400 Lúmens de saída TRUEVIEW™ High Definition	Fornecer iluminação de área máxima (luz de cena), essencial para clarear grandes perímetros em acidentes rodoviários, desabamentos e operações de busca e resgate noturnas, garantindo visibilidade e segurança.
<b>Índice de Proteção (Robustez)</b>	Classificação IP67 (na base)	Proteção máxima contra poeira e submersão temporária em água (até 1 metro). Crucial para o ambiente de trabalho do CBM, que lida com chuva intensa, alagamentos, lama e poeira de estruturas colapsadas.
<b>Design e Portabilidade</b>	Altura máxima de 1,65m; recolhida tem apenas 61,3 cm; peso (sem bateria) 8,6 kg	Configuração ultrarrápida (7 segundos) e extrema portabilidade/compactação em relação aos refletores de pedestal tradicionais. Permite o transporte fácil em veículos de resgate e a rápida implantação em locais de acesso difícil ou confinado.
<b>Autonomia de Bateria</b>	Design de Bateria Dupla (Sistema M18); Autonomia de 7 a 26 horas (com baterias 9.0Ah, dependendo do modo)	Permite longas horas de operação contínua em resgates prolongados, sem depender de geradores barulhentos ou cabos, que podem ser um risco em áreas molhadas ou com detritos. O sistema de bateria Dual Pack e M18 oferece flexibilidade.
<b>Qualidade da Luz</b>	TRUEVIEW™ High Definition (luz branca neutra e uniforme)	Representação real das cores e detalhes. Essencial para a avaliação precisa de materiais (cores de fiação, identificação de produtos químicos, avaliação de cores de fumaça) e para evitar o cansaço visual da equipe.
<b>Ajustabilidade</b>	Cabeçote rotativo e 3 modos de saída de luz (Alto, Médio, Baixo)	Permite o direcionamento da luz sem mover a base, otimizando a iluminação exatamente onde a equipe está trabalhando e possibilitando o ajuste de intensidade para conservar a bateria.

### Conclusão e Fundamentação da Escolha

A aquisição da Torre de Iluminação Milwaukee 2120-20 se justifica tecnicamente por sua classificação como Luz de Cena (Scene Light) de nível industrial/profissional, que atende aos requisitos de extrema durabilidade (IP67), máxima potência luminosa (5.400 lúmens) e praticidade operacional (sem fio, rápida implantação), características essenciais para o sucesso e segurança das operações de resgate e salvamento do Corpo de Bombeiros Militar.

A escolha de modelos inferiores de lanternas ou refletores resultaria em:

- 1. Potência luminosa insuficiente** para iluminar toda a área de operação (luz de cena), limitando a visibilidade e o campo de trabalho da equipe.



**2. Baixa resistência a intempéries (IP inferior)**, levando à falha do equipamento em condições de chuva, poeira ou submersão.

**3. Maior dependência de cabos e geradores**, que comprometem a rapidez da resposta e aumentam os riscos operacionais.

Portanto, o modelo 2120-20 garante o melhor investimento a longo prazo, fornecendo uma ferramenta confiável e de alto desempenho que eleva o padrão de segurança e eficácia das intervenções do CBM

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pelo Corpo de Bombeiros, o qual demonstrou a necessidade e a viabilidade da aquisição por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço por lote, considerando a natureza dos itens. Os itens possuem natureza de bens comuns, com especificações usuais no mercado, enquadrando-se no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste no fornecimento de materiais para o Corpo de Bombeiros de Canguçu. Todos os materiais devem ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, com garantia contra defeitos de fabricação.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os serviços possuem natureza comum, podendo ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**5.1 Forma de fornecimento:** Entrega única por lote, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após e emissão do empenho.

**5.2 Local de entrega:** Quartel do Corpo de Bombeiros, R. Ubiratã Telesca Filgueiras, 325 - Triângulo, Canguçu - RS, 96600-000

#### **5.3 Condições gerais:**

- Produtos embalados e acondicionados de forma adequada;
- Apresentação de Nota Fiscal com descrição detalhada do item;
- Garantia mínima de 5 anos para a esteira (lote 1, item 1), 1 ano para lanterna luz de cena (lote 3, item 1) e para o restante dos itens a garantia mínima legal contra vícios de fabricação.
- Os itens Esteira (lote 1, item 1) e lanterna luz de cena (lote 3, item 1) deverão contemplar assistência técnica.

A aquisição se dará por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço por lote, nos termos dos artigos 17, § 2º, e 34 da Lei nº 14.133/2021.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução contratual deverá observar as seguintes etapas e condições para garantir que os resultados esperados sejam efetivamente alcançados:

#### **Fase Inicial – Planejamento e Formalização**

A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, após a adjudicação e homologação do certame licitatório.

O fornecedor contratado deverá assinar o contrato dentro do prazo legal e apresentar a documentação exigida,

#### **Fase de Entrega e Recebimento**

A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no Quartel do Corpo de Bombeiros, R. Ubiratã Telesca Filgueiras, 325 - Triângulo, Canguçu - RS, 96600-000, dentro do prazo máximo estipulado no contrato, de 30 dias corridos após a emissão do empenho.

Os produtos deverão ser entregues montados.

A equipe designada pelo órgão promoverá o recebimento provisório dos itens, com conferência de conformidade às especificações técnicas.

Após inspeção e teste de integridade estrutural, será realizado o recebimento definitivo, mediante termo formal.



### **Conformidade Técnica e Funcionalidade**

A esteira deverá ser conforme justificativa do item 2.1, já a torre de iluminação deverá ser conforme justificativa do item 2.2.

Será verificada a conformidade com os parâmetros técnicos definidos no Estudo Técnico Preliminar e no edital.

### **Responsabilidade do Fornecedor**

O fornecedor será responsável pelo transporte seguro, pelos custos com o frete, pela integridade dos produtos até a entrega, e por eventuais substituições em caso de não conformidade.

Garantia mínima de 5 anos para a esteira (lote 1, item 1), 1 ano para lanterna luz de cena (lote 3, item 1) e para o restante dos itens a garantia mínima legal contra vícios de fabricação.

### **Fase Final – Encerramento Contratual**

O contrato será encerrado após o cumprimento integral das obrigações, mediante emissão de termo de recebimento definitivo e atestação de conformidade técnica.

Em caso de descumprimento ou entrega fora das especificações, serão aplicadas sanções conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme disposto no Decreto Municipal nº 10.079/2025, que institui o Manual de boas práticas na fiscalização de contratos no âmbito do Município de Canguçu/RS. Serão emitidos relatórios de recebimento e conferência para cada fornecimento.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado em parcela única em até 30 dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal e atesto do fiscal do contrato.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por lote, conforme artigos 6º, XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

Para o fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Estima-se para a contratação almejada o valor 47.555,40 (quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme mencionado no estudo técnico preliminar elaborado anteriormente ao presente termo, devidamente compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa realizada observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 9362/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, nos termos do art. 23 § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os valores de referência foram obtidos através de cotações em portais públicos, no caso o BLL compras para: lote 1, item 2; lote 2, item 1; lote 2, item 2.

Para o lote 3, item 1, foi localizada apenas 1 cotação no PNCP, não sendo localizadas outras cotações recentes (pela Administração ou por outros entes) ou outros métodos de pesquisa de mercado que pudessem, fornecer uma média robusta e representativa, tornando-se imprescindível recorrer à coleta direta de orçamentos junto a fornecedores. Frisa-se que foi realizada pesquisa no Licitacon, no PNCP e na BLL compras (portais públicos) e em sites da internet.

Dessa forma, foram utilizados 2 orçamentos e a cotação para estabelecer um parâmetro de preço, pois oferece um mínimo de comparabilidade e balizamento, permitindo a mitigação de preços excessivamente



elevados ou inexequíveis. O preço de referência será determinado pela mediana. As empresas Nordine Soluções e Concorre Comércio LTDA foram escolhidas para fornecer os orçamentos com base em critérios de mercado que visam garantir a idoneidade, a especialização e a competitividade dos valores cotados.

Tais referências foram efetuadas com base no Decreto Municipal n.º 9.362/2023, que “Institui normas para o procedimento administrativo destinado à realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Canguçu/RS”. Conforme pesquisa realizada em site, para as soluções disponíveis para a necessidade administrativa, sendo que a escolhida BLLCOMPRAS no presente Estudo Técnico Preliminar.

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente das aquisições ora pretendidas decorrerá da dotação orçamentária do Fundo Municipal do Bombeiros (FuMBom).

Fichas:

Piso emborrachado	Ficha 8049
Esteira	Ficha 8050
Kit de manequins e Maca envelope	Ficha 8051
Lanterna luz de Cena	Ficha 8052

Canguçu, 13 de maio de 2025

Rodrigo Lúndemann Coimbra  
1º Sgt QPBM Resp Cmd do 3º PelBM de Canguçu

Arion Luiz Borges Braga  
Prefeito Municipal



**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Ao pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de Canguçu - RS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº....., cuja função/cargo é.....sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao **Pregão Eletrônico Nº xx/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., .....de 2026